

JAN 1985

Senado

29 JAN 1985

8 JORNAL DA TARDE

O "TREM DA ALEGRIA" É LEGAL, DIZ O CONSULTOR.



"O ato é legal", assegurou ontem o consultor jurídico do Senado Federal, advogado Alberto Vasconcellos, ao comentar a nomeação de 1.554 pessoas pela Mesa do Senado, medida suspensa na semana passada pelo juiz da 2ª

Vara Federal de Brasília, Jacy Garcia Vieira. O advogado, entretanto, salientou que a última palavra sobre a questão será dada pela Justiça.

Vasconcellos compareceu ontem à 2ª Vara Federal para tomar conhecimento da carta precatória (de citação) enviada ao presidente do Congresso Nacional, senador Moacir Dalla (foto), que se encontra em férias no Espírito Santo. O consultor jurídico disse que no momento certo vai apresentar à Justiça documentos e explicações sobre as nomeações.

Sobre a apresentação das justificativas à Justiça, Alberto Vasconcellos disse que está aguardando procuração que lhe será remetida pelo senador Dalla capacitando-o a apresentar documentos e a adotar qualquer procedimento necessário em juízo.

As pessoas atingidas pela liminar do juiz Garcia Vieira, que ingressaram ontem com um pedido de suspensão da medida junto ao Tribunal Federal de Recursos, desistiram da ação. Eles decidiram aguardar a tramitação na 2ª Vara Federal e as providências adotadas pela consultoria jurídica do Senado.

O deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) sobre as denúncias de corrupção no governo federal, disse: "O próprio presidente Figueiredo é o maior interessado em que se apurem todas as irregularidades e abusos ocorridos", sustentou o deputado ao rebater informações de que deputados e senadores do PMDB e da Frente Liberal pretendem apurar atos considerados de corrupção.

Bonifácio sustentou que erram os que pensam que o governo Figueiredo acobertou atos de corrupção, pois os fatos denunciados e comprovados "foram punidos. Nós, do PDS, somos também interessados em que se apurem esses fatos para sabermos quais foram os servidores que não agiram com misura". O deputado disse ter conhecimento de que já existem requerimentos recebendo assinaturas para a formação de algumas comissões parlamentares de inquérito, a serem apresentados às mesas da Câmara e do Senado tão logo o Legislativo inicie seus trabalhos, em março. "Essas CPIs poderão esclarecer muita coisa".